



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

138  
Top

4ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental nº 0331559-7

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Agravado: Santos e Simões Comércio de Combustíveis LTDA

Des. Relator: Tenório dos Santos

**EMENTA**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO DO ANTIGO USUÁRIO DA ENERGIA ELÉTRICA NO IMÓVEL. POSSIBILIDADE DO NOVO PROPRIETÁRIO PLEITEAR O RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. RECURSO IMPROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL. PERDA DO OBJETO. 1. Tratando-se de relação de consumo, referente a bem essencial, como a energia elétrica, inviável pensar-se em corte no seu fornecimento. 2. A responsabilidade pelo pagamento da tarifa de energia elétrica é daquele que usufruiu o serviço prestado, não se caracterizando como obrigação propter rem. Descabe, portanto, condicionar o deferimento do pedido de cessação do fornecimento ao prévio pagamento das tarifas vencidas. Hipótese em que o débito, ainda, é objeto de litígio judicial. Recurso improvido. Votação unânime.

**ACÓRDÃO**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

139  
106

AI nº 0331559-7

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0331559-7, em que figura como Agravante **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE** e, como Agravado, **Santos e Simões Comércio de Combustíveis LTDA**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso, com a consequente perda do objeto do agravo regimental**, tudo em conformidade com o Relatório, Votos, Notas Taquigráficas, Ata de Julgamento e demais peças processuais que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 18 de 6 de 2014..

Tenório dos Santos  
Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental nº 0331559-7

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Agravado: Santos e Simões Comércio de Combustíveis LTDA

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo de Instrumento com efeito suspensivo interposto por **CELPE - Companhia Energética de Pernambuco**, ora demandado, em face de decisão de fls. 27-TJ, proferida pelo Juiz de Direito da Comarca de Toritama, nos Autos da Ação Anulatória de Multa e Indenizatória ofertada por **Santos e Simões Comércio de Combustíveis LTDA**, tombada sob o nº 0000211-92.2014.8.17.1490.

A decisão proferida pelo Juiz de piso foi no sentido de determinar que o réu se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica à autora em virtude da fatura em litígio, até o julgamento final da presente ação.

Em fls. 110/112-TJ, decisão interlocutória indeferindo o efeito suspensivo.

Em fls. 116/124-TJ, consta agravo regimental ofertado por **CELPE – Companhia Energética de Pernambuco**.

É o relatório do essencial.

Recife, 19 de 05- de 14.

  
Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

140  
Top.

4ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento e Agravo Regimental nº 0331559-7

Agravante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Agravado: Santos e Simões Comércio de Combustíveis LTDA

Des. Relator: Tenório dos Santos

VOTO

Consoante relatado, trata-se de agravo de instrumento em face da decisão primária que concedeu a liminar requerida na inicial e determinou que a agravante/ré se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica da autora em virtude de fatura em litígio, nos Autos da Ação Anulatória de Multa e Indenizatória.

Pois bem.

Em análise mais detida ao caso, percebo que não é possível atribuir ao locatário ou a novo proprietário a responsabilidade pelos pagamentos de débitos pendentes em nome de terceiros, conforme artigo 4º da Resolução 456 da ANEEL, *in verbis*:

Art. 4º A concessionária poderá condicionar a ligação, religação, alterações contratuais, aumento de carga ou contratação de fornecimentos especiais, solicitados por quem tenha quaisquer débitos no mesmo ou em outro local de sua área de concessão, à quitação dos referidos débitos.

§ 1º A concessionária não poderá condicionar a ligação de unidade consumidora ao pagamento de débito que não seja decorrente de fato originado pela prestação do serviço público de energia elétrica ou não autorizado pelo



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

141  
100.

AI nº 0331559-7

consumidor, no mesmo ou em outro local de sua área de concessão, exceto nos casos de sucessão comercial.

§ 2º A concessionária não poderá condicionar a ligação de unidade consumidora ao pagamento de débito pendente em nome de terceiros.

Deste modo, impõem-se manter a decisão que deferiu o pedido de fornecimento de energia elétrica no imóvel da parte autora, na medida em que o débito é personalíssimo, não podendo o "terceiro" sofrer as conseqüências do corte, quando não deu causa ao débito.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA C/C PERDAS E DANOS. RECURSO ADESIVO NÃO-CONHECIDO. AUSÊNCIA DE PREPARO. ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO EM NOME DE TERCEIRO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO AO NOVO LOCATÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. SOLIDARIEDADE QUE NÃO SE PRESUME. CORTE NO FORNECIMENTO POR INADIMPLEMENTO. ILEGALIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CABIMENTO. I - Tratando-se de exigir prestação pelo fornecimento de energia elétrica, de caráter autônomo e sentido marcadamente pessoal, o direito é creditório e pessoal a obrigação correlata, que não se liga à coisa. Não há como conceber solidariedade, que não se presume, posto somente decorre da lei ou do contrato. II - O corte no fornecimento de energia elétrica por inadimplência constitui sanção política a par de submeter o consumidor a



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

142  
TJP

AI nº 0331559-7

constrangimento, não bastasse prestigiar justiça de mão própria. As fornecedoras de energia elétrica bem podem forrar-se dos meios legais para exigir o pagamento do que lhes é devido; a cobrança judicial ou extra-judicial da dívida é, e há de ser sempre, direito do fornecedor. O que se quer é que exercida dentro de padrões de legalidade e civilidade. III é Cabível a fixação de indenização por danos materiais pelo período em que a empresa ficou sem energia elétrica, na extensão em que comprovados. Recurso adesivo não-conhecido. Apelo desprovido. Unânime. **(Apelação Cível Nº 70024710865, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 09/07/2008)**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. ANTIGO LOCATÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS AO NOVO LOCATÁRIO. Não tendo o agravante, atual locatário do imóvel, dado causa a débito em execução e oriundo de recuperação de consumo de energia elétrica por fraude, porque, á época, não era responsável pela unidade consumidora, não pode ver condicionado o restabelecimento do serviço ao pagamento de dívida que não lhe diz respeito. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. **(Agravo de Instrumento Nº 70023641061, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Glustina, Julgado em 25/06/2008)**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

143  
100.

AI nº 0331559-7

APELAÇÃO CÍVEL FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO DO ANTERIOR USUÁRIO. AMEAÇA DE CORTE DO ATUAL LOCATÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. Demonstração de que o locatário, responsável pela unidade consumidora à época das irregularidades era terceiro, e não o atual consumidor demandante. Cobrança de débitos pretéritos a ser dirigida àquele e não ao atual locatário. Obrigação de natureza contratual, cuja responsabilidade não pode ser transferida a quem dela não tenha participado. Caráter impositivo da norma constante do art. 4º, § 2º, da Resolução nº 456/00, da ANEEL. Ilegalidade da ameaça do corte de energia como coação do consumidor ao pagamento de débito oriundo do consumo de terceiro. Precedentes jurisprudenciais. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. **(Apelação Cível Nº 70021509591, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Julgado em 15/05/2008)**

APELAÇÃO CÍVEL. LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÍVIDA DO ANTIGO LOCATÁRIO. Não poderia a concessionária de energia pretender cobrar do consumidor dívida pretérita, de responsabilidade do anterior inquilino do prédio comercial. Haja vista a perda de objeto da ação, em face da desocupação do imóvel, correta a extinção, inclusive com condenação da Companhia ao pagamento dos ônus sucumbenciais. APELO DESPROVIDO. **(APELAÇÃO CÍVEL Nº 70012380804, VIGÉSIMA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: LISELENA SCHIFINO ROBLES RIBEIRO, JULGADO EM 17/08/2005)**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

144  
Top.

AI nº 0331559-7

ENERGIA ELÉTRICA. NEGATIVA DE ATIVAÇÃO DO SERVIÇO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE DÉBITO DO ANTIGO LOCATÁRIO DO IMÓVEL. IMPOSSIBILIDADE. Tratando-se de relação de consumo, referente a bem essencial, como a energia elétrica, inviável pensar-se em corte no seu fornecimento. Aplicação, à espécie, do CODECON, que impede qualquer espécie de ameaça ou constrangimento ao consumidor (art. 42, do CDC) Tratando-se de débito contraído pelo antigo locatário do imóvel, vedado à Concessionária negar-se ao restabelecimento do serviço de energia elétrica. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. **(APELAÇÃO CÍVEL Nº 70010584811, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: HENRIQUE OSVALDO POETA ROENICK, JULGADO EM 13/04/2005)**

DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE, POR TRATAR-SE DE DÉBITO ANTIGO, DE RESPONSABILIDADE DO LOCATÁRIO ANTERIOR. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA. UNÂNIME." (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70019976703, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: MÁRIO CRESPO BRUM, JULGADO EM 08/11/2007)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ADMINISTRATIVO - TUTELA ANTECIPADA - CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IMPOSSIBILIDADE DE A CONCESSIONÁRIA COBRAR DÉBITO PENDENTE DE TERCEIRO AO NOVO LOCATÁRIO DE IMÓVEL COM AMEAÇA DE CORTE - A OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NÃO SE CONSTITUI COMO PROPTER REM PORQUE





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

145  
[assinatura]

AI nº 0331559-7

NÃO PREVISTA EXPRESSAMENTE EM LEI - PRECEDENTES SOBRE O TEMA. Agravo desprovido. **(AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70020353199, QUARTA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, JULGADO EM 10/10/2007)**

O contrato de fornecimento de energia elétrica é estritamente pessoal e irradia pretensão que só pode ser exigida de quem usufruiu o serviço, porque só ele deve a prestação. Não se liga à coisa, mas à pessoa do consumidor, conforme ementas que seguem:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO PÚBLICO. TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. OBRIGAÇÃO PESSOAL. EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO DAS TARIFAS VENCIDAS. 1. A responsabilidade pelo pagamento da tarifa de energia elétrica é daquele que usufruiu o serviço prestado, não se caracterizando como obrigação propter rem. Descabe, portanto, condicionar o deferimento do pedido de cessação do fornecimento ao prévio pagamento das tarifas vencidas. Hipótese em que o débito, ainda, é objeto de litígio judicial. 2. O antigo usuário do serviço não tem legitimidade para pedir a prestação do serviço em nome de terceiro. Recurso provido em parte. **(Agravo de Instrumento Nº 70013297437, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 15/12/2005)**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO

[assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

146  
100.

AI nº 0331559-7

DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE QUE O DÉBITO SERIA DO ANTERIOR USUÁRIO. EXIGÊNCIA DO ATUAL CONSUMIDOR DA INSTALAÇÃO. CORTE. IMPOSSIBILIDADE. Tratando-se de obrigação de caráter contratual e sinalagmático (art. 3º, I, da Resolução nº 456/2000 da ANEEL), havendo contraprestação do Estado ao particular, nos termos do art. 175 da CF/88, não há falar em transferência de responsabilidade a quem não foi o efetivo consumidor, não se tratando de obrigação propter rem. Aplicação da própria regra do art. 4º, § 2º, da precitada Resolução, não se admitindo a utilização da ameaça do corte de energia como coação do consumidor à assunção ou, como no caso, à satisfação de débito que alega ser de terceira pessoa, de modo que cabível a antecipação de tutela pretendida, atinente à proibição do corte, mormente enquanto pendente a discussão posta. AGRADO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NOS TERMOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. **(Agravado de Instrumento Nº 70013516257, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, Julgado em 24/11/2005)**

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA CONDICIONADO AO PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE TERCEIRO; DESCABIMENTO. A obrigação junto à concessionária é de natureza pessoal, e não "propter rem", pelo que o devedor é o contratante, ou seja, aquele em cujo nome o serviço de eletricidade estava registrado. Não cabe aqui a simetria com a seqüela tributária, como, v.g., ocorre com impostos sobre a propriedade, que dizem com a coisa; em tendo havido o



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

147  
~~100~~

AI nº 0331559-7

consumo a dívida incide sobre quem consumiu. Ao proprietário, para não embarçar o uso pleno e imediato do imóvel cabe, em tese, quitar o passivo e sub-rogar-se nos direitos da concessionária, demandando, ao depois, o inquilino. No que atine ao novo locatário, contudo, a regra é a do art. 4º, § 2º da Resolução 456 da ANEEL, que dispõe: "A concessionária não poderá condicionar a ligação de unidade consumidora ao pagamento de débito pendente em nome de terceiros. APELAÇÃO PROVIDA. (**Apelação Cível Nº 70010672640, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Túlio de Oliveira Martins, Julgado em 20/04/2005**).

Com tais considerações, **o voto é no sentido de negar provimento ao recurso.**

Em virtude do julgamento do presente recurso, verifico a perda do objeto do agravo regimental de fls. 116/124-TJ.

É como Voto.

Recife, 13 de 6 de 14 -

  
Tenório dos Santos

Desembargador Relator